

TERRITÓRIOS CRÍTICOS: CARTOGRAFIA DA VITIMIZAÇÃO LETAL DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO PARÁ (2014–2024)**CRITICAL TERRITORIES: MAPPING LETHAL VICTIMIZATION AMONG PUBLIC SECURITY AGENTS IN PARÁ, BRAZIL (2014–2024)****TERRITORIOS CRÍTICOS: CARTOGRAFÍA DE LA VICTIMIZACIÓN LETAL DE AGENTES DE SEGURIDAD PÚBLICA EN PARÁ, BRASIL (2014–2024)**

10.56238/revgeov17n3-178

Fernando de Souza Rocha

Mestrando em Segurança Pública

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA), Polícia Civil do Pará (PCPA)

Endereço: Pará, Brasil

E-mail: fernandorochoa23@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6992-5585>**Clay Anderson Nunes Chagas**

Doutor em Desenvolvimento

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Pará, Brasil

E-mail: claychagas@uepa.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2855-2056>**Roberto Magno Reis Netto**

Doutor em Geografia

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Endereço: Pará, Brasil

E-mail: bob_reis_ufpa@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5076-6149>**RESUMO**

Introdução: A vitimização letal de agentes de segurança pública distribui-se pelo espaço de forma heterogênea e expressa disputas territoriais de poder. Objetivo: Identificar concentrações espaciais persistentes da vitimização letal de agentes de segurança pública no período de 2014 a 2024, caracterizando-as como territórios críticos. Metodologia: Trata-se de pesquisa documental aplicada, quantitativa e descritivo-analítica, baseada nos registros fornecidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC/SEGUP), operacionalizando território crítico como uma unidade que integra concentração, persistência temporal, relevância contextual e utilidade preventiva. Resultados: Observou-se concentração predominante de casos na Região Metropolitana de Belém, especialmente no eixo urbano Belém-Ananindeua, bem como o surgimento de territórios críticos recentes. No interior, verificou-se maior vitimização em contexto operacional, sugerindo maior exposição em rotas estratégicas. Conclusão: A identificação de concentrações persistentes qualifica a leitura da vitimização letal de agentes e subsidia políticas de prevenção territorialmente orientadas.



Palavras-chave: Geografia da Violência. Morte. Agente de Segurança Pública. Amazônia.

ABSTRACT

Introduction: The lethal victimization of public security agents is unevenly distributed across space and reflects territorial disputes for power. **Objective:** To identify persistent spatial concentrations of lethal victimization among public security agents from 2014 to 2024, characterizing them as critical territories. **Methodology:** This is an applied, documentary, quantitative, and descriptive-analytical study based on records provided by the Adjunct Secretariat of Intelligence and Criminal Analysis (SIAC/SEGUP), defining critical territory as a unit that combines concentration, persistence, contextual relevance, and preventive utility. **Results:** A predominant concentration of cases was observed in the Metropolitan Region of Belém, particularly along the Belém–Ananindeua urban axis, along with emerging critical territories. In the interior, higher victimization in operational context was identified, suggesting greater exposure along strategic routes. **Conclusion:** The identification of persistent concentrations qualifies the territorial reading of lethal victimization among agents and supports territorially oriented prevention policies.

Keywords: Geography of Violence. Death. Public Security Agents. Amazon.

RESUMEN

Introducción: La victimización letal de agentes de seguridad pública se distribuye de forma heterogénea en el espacio y expresa disputas territoriales de poder. **Objetivo:** Identificar concentraciones espaciales persistentes de la victimización letal de agentes de seguridad pública en el período de 2014 a 2024, caracterizándolas como territorios críticos. **Metodología:** Se trata de una investigación documental aplicada, cuantitativa y descriptivo-analítica, basada en registros proporcionados por la Secretaría Adjunta de Inteligencia y Análisis Criminal (SIAC/SEGUP), definiendo territorio crítico como una unidad que integra concentración, persistencia temporal, relevancia contextual y utilidad preventiva. **Resultados:** Se observó concentración predominante de casos en la Región Metropolitana de Belém, especialmente en el eje urbano Belém-Ananindeua, así como el surgimiento de territorios críticos recientes. En el interior del estado, se verificó mayor victimización en contexto operacional, lo que sugiere mayor exposición en rutas estratégicas. **Conclusión:** La identificación de concentraciones persistentes cualifica la lectura de la victimización letal de agentes y sirva de base para políticas de prevención territorialmente orientadas.

Palabras clave: Geografía de la Violencia. Territorios Críticos. Agentes de Seguridad Pública. Amazonía.



1 INTRODUÇÃO

A vitimização letal de agentes de segurança pública pode sinalizar disputas de poder que se materializam no território (Chagas, 2014; Reis Netto; Chagas, 2019), com estudos recentes evidenciando que esse fenômeno não se distribui homoganeamente no espaço, variando conforme dinâmicas urbanas, economias criminais e contextos regionais específicos (BRASIL, 2024; FBSP, 2023b, 2024, 2025).

No caso específico do Pará, o desafio analítico é acentuado por uma geografia marcada pela grande extensão territorial, centros urbanos densos e áreas remotas com frágil presença estatal, além da incidência de atividades ilícitas vinculadas a facções criminosas, tais como narcotráfico, garimpo ilegal, exploração madeireira e crimes ambientais (FBSP, 2023a, 2023b, 2025), o que torna inadequado tratar o Estado como um cenário uniforme de vitimização.

Apesar da relevância do problema, ainda são escassos estudos que examinem a vitimização letal de agentes de segurança pública na Amazônia sob a ótica territorial, o que limita tanto a compreensão acadêmica do fenômeno quanto a formulação de políticas preventivas espacialmente orientadas.

Por isso, este artigo propõe uma leitura territorial multiescalar da vitimização letal de agentes de segurança pública no Pará (2014-2024), com foco na Região Metropolitana de Belém (RMB), incorporando o interior como referencial comparativo, com vistas a identificar concentrações e eixos espaciais que caracterizem territórios críticos, expressos mediante cartografia temática e análise geográfica.

A pesquisa contribui ao converter eventos dispersos em padrões territoriais interpretáveis, aproximando a agenda da vitimização letal de agentes às abordagens espaciais da violência em geral, consolidadas em estudos regionais de segurança pública, e fornecendo subsídios empíricos para políticas preventivas qualificadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESTADO, PODER E TERRITÓRIO

Para compreender o fenômeno da vitimização letal de agentes de segurança pública sob a ótica territorial, faz-se necessário contextualizá-lo dentro do campo das relações de poder entre Estado e sociedade.

Segundo Weber (2011), o Estado moderno reivindica, dentro de determinado território, o monopólio do uso legítimo da força, e os agentes de segurança pública acabam por constituir a expressão operacional desse poder. Quando tal monopólio é contestado, a violência emerge como mecanismo de disputa entre duas forças antagônicas buscando autoridade.

Arendt (1985) oferece distinção fundamental entre poder e violência, ao esclarecer que a



violência surge quando o poder está sob risco. Nessa ótica, a vitimização letal de agentes pode ser interpretada não apenas como crime individual, mas como uma contestação ao monopólio estatal, manifestada em disputas por autoridade dentro de determinados territórios (Raffestin, 1993; Chagas, 2014).

Tal reflexão adquire contornos particularmente complexos no cenário brasileiro, onde a polícia enfrenta déficit de legitimidade em periferias e, simultaneamente, sofre ataques letais de facções que disputam o controle desses espaços, evidenciando formas paralelas de governança em territórios vulneráveis (Feltran, 2018; Manso; Dias, 2018).

Nessa perspectiva, a vitimização letal de agentes de segurança pública tende a se intensificar em áreas de disputa, nas quais a legitimidade estatal já se encontra fragilizada, tornando esses profissionais alvos de ações que mesclam vingança, intimidação e demonstração de poder (Reis Netto; Chagas, 2019).

Ante isso, o termo território é entendido, neste estudo, como espaço que expressa relações de poder, ou seja, não apenas como recorte físico ou administrativo, mas resultado de processos de apropriação e controle produzidos por diferentes atores (Raffestin, 1993). Haesbaert (2014) amplia essa definição ao propor o conceito de multiterritorialidade, em que territorialidades distintas se sobrepõem no mesmo espaço, ora como territórios-zona (controle contínuo), ora como territórios-rede (pontos conectados que estruturam ações).

Em suma, no contexto paraense, o Estado projeta sua territorialidade por meio da atuação institucional (serviços, segurança e controle), ao passo que facções criminosas estruturam territorialidades concorrentes a partir da exploração de mercados ilícitos, da imposição de regras de conduta e de mecanismos de coerção e proteção (Couto, 2020), sendo que, quando tais formas de territorialização entram em antagonismo, surgem zonas de tensão (Chagas, 2014) nas quais a violência funciona como expressão material de disputas pelo espaço.

A análise da vitimização de agentes de segurança pública ganha densidade quando situada dentro desse quadro de multiterritorialidades, uma vez que os espaços onde agentes são mortos não constituem vazios de poder, mas sim arenas de sobreposição e fricção entre territorialidades distintas, onde a presença do agente estatal é percebida como ameaça por atores que disputam controle territorial (Haesbaert, 2014; Chagas, 2014).

2.2 TERRITÓRIO CRÍTICO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Com base no referencial apresentado, este artigo adota o termo território crítico como categoria analítica para identificar e interpretar recortes espaciais em que a vitimização de agentes de segurança pública se concentra recorrentemente ao longo do tempo, sugerindo a presença de disputas territoriais que sustentam a produção do risco.



Tal proposta dialoga com a literatura de análise espacial da violência em escala intraurbana (Chagas, 2014, 2018), aproximando-se especialmente do conceito de zonas de tensão formulado por Chagas (2014) e desenvolvido por Reis Netto e Chagas (2019), que enfatiza áreas onde a violência expressa conflitos territoriais concretos.

Diferentemente da mera leitura estatístico-descritiva, centrada na localização de aglomerados, a ideia de território crítico busca agregar uma camada explicativa ao fenômeno, que discuta os contextos existentes em determinadas arenas persistentes de conflito.

Assim, por definição operacional, território crítico corresponde a uma unidade espacial de risco que reúne alta concentração de casos, persistência temporal em múltiplos anos do período, reduzindo a hipótese de flutuação episódica, relevância contextual e utilidade para adoção de políticas públicas preventivas, conforme detalhado na seção metodológica

Essa criticidade é interpretada à luz de contextos territorialmente tensionados, como disputa de controle, contestação da autoridade estatal e circulação estratégica, ampliando a exposição e vulnerabilidade operacional dos agentes (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2014; Chagas, 2014; Reis Netto; Chagas, 2025).

3 METODOLOGIA

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

O estudo caracteriza-se como pesquisa documental, aplicada, quantitativa e descritivo-analítica, voltada à compreensão territorial da vitimização letal contra agentes de segurança pública, capaz de gerar resultados úteis na formulação de estratégias de enfrentamento territorialmente orientadas (Marconi; Lakatos, 2016; Gil, 2023).

3.2 LÓCUS DA PESQUISA

A investigação foi realizada no Estado do Pará, composto por 144 municípios, com área de 1.245.870,704 km² e 8.121.025 habitantes, sendo Belém o município mais populoso, com 1.303.403 residentes (IBGE, 2022). O foco analítico recai sobre a Região Metropolitana de Belém, composta por oito municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena (Pará, 1995; 2023).

3.3 FONTE DE DADOS E RECORTE TEMPORAL

Os dados foram obtidos junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC/SEGUP-PA) e compreendem os registros de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) consumados contra agentes de segurança pública, no período de 2014 a 2024, classificados em homicídio e latrocínio.



O recorte temporal de onze anos foi definido para identificar padrões persistentes e reduzir o impacto de oscilações conjunturais, coincidindo com a consolidação de dinâmicas faccionais no estado (Couto, 2019; Reis Netto; Chagas, 2019; FBSP, 2022).

3.4 COLETA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O material analisado reúne 323 registros de Crimes Violentos Letais Intencionais consumados contra agentes de segurança pública no Pará, de janeiro de 2014 a dezembro de 2024, nas modalidades homicídio e latrocínio, tendo como vítimas integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Penal e Guarda Municipal.

Para a tipificação dos casos, adotou-se o campo *consolidado* como referência analítica principal. Sobre a condição da vítima no momento do fato, utilizou-se o campo *sinesp*, recodificando os registros *em serviço e fora de serviço* para *em contexto operacional e fora de contexto operacional*, visando representar com melhor precisão a vitimização letal ocorrida fora de ação operacional direta, como folga e a inatividade funcional.

Por sua vez, a análise foi estruturada em abordagem multiescalar de três níveis complementares: (a) o estadual, com distribuição municipal dos registros; (b) o metropolitano, com foco na Região Metropolitana de Belém e destaque para o eixo Belém–Ananindeua; e (c) o intraurbano, com detalhamento por bairros. Na escala estadual, foram considerados municípios com mais de três óbitos no período, para fins de legibilidade e destaque de concentrações persistentes, enquanto, nas demais, todos os casos foram incluídos. Essa abordagem segue a tradição da literatura regional (Chagas, 2014, 2018; Reis Netto; Chagas, 2025), compatibilizando comparações agregadas na escala metropolitana com análises de concentração intraurbana.

3.5 DEFINIÇÃO OPERACIONAL DE TERRITÓRIO CRÍTICO

O conceito de território crítico foi definido como a unidade espacial de risco que integra: (i) concentração de registros, delimitada pelo ranking das dez primeiras unidades em número absoluto de CVLI; (ii) persistência temporal, caracterizada pela ocorrência em, pelo menos, três anos distintos da série histórica; (iii) relevância contextual, fundamentada na literatura sobre disputas de controle territorial e contestação da autoridade estatal; e (iv) utilidade preventiva, vinculada à aplicabilidade em políticas de prevenção (Alves, 2020; Duarte, 2019; Chagas, 2014; Mello, 2021; Regateiro et al, 2021; Reis Netto; Chagas, 2025). Adicionalmente, determinou-se como recente o território cuja concentração majoritária ocorreu entre 2020–2024, em pelo menos dois anos do quinquênio.

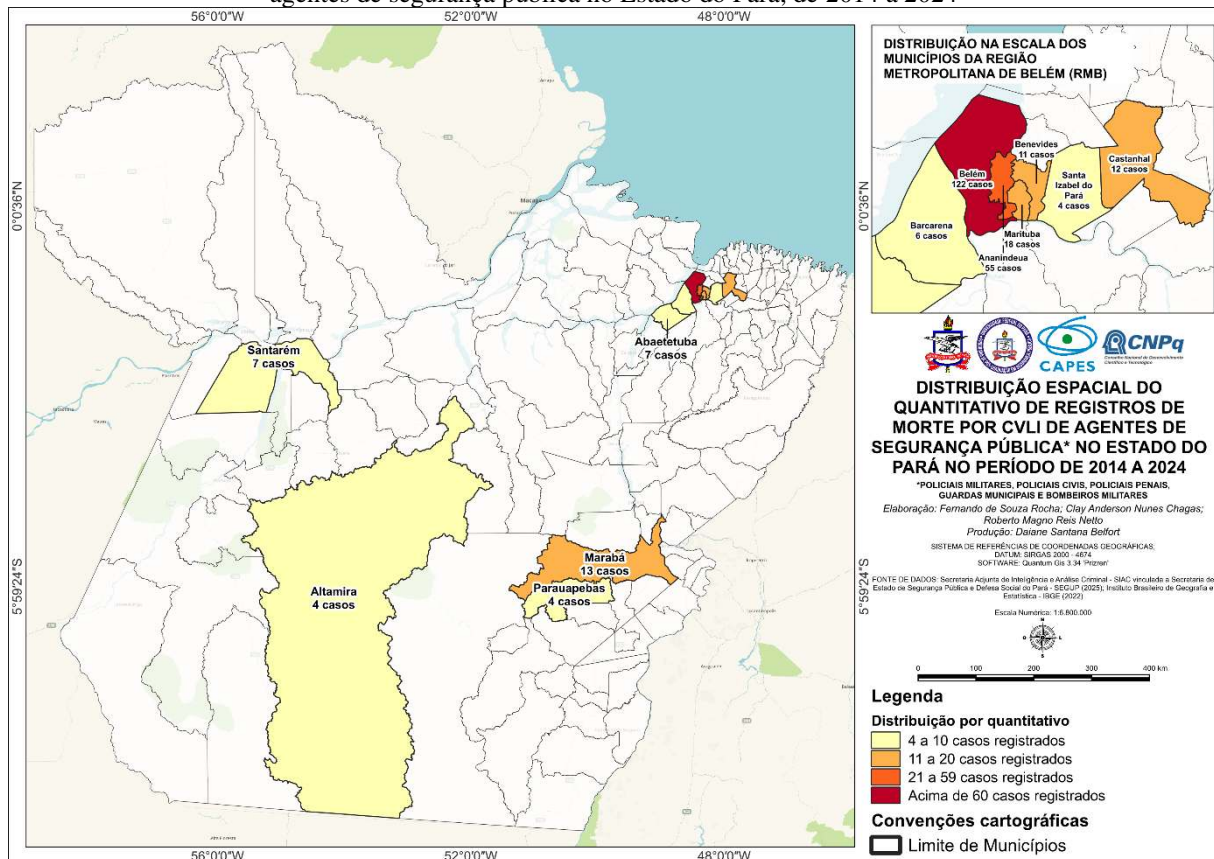


4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PANORAMA ESTADUAL E METROPOLITANO

De 2014 a 2024, foram registrados 323 CVLIs consumados contra agentes de segurança pública no Pará, sendo 244 casos (75,54%) tipificados como homicídio e 79 casos (24,46%) como latrocínio, distribuídos heterogeneamente pelo território paraense, conforme o Mapa 1.

Mapa 1 - Distribuição espacial do quantitativo de registros de morte por Crimes Violentos Letais Intencionais contra agentes de segurança pública no Estado do Pará, de 2014 a 2024



O Mapa 1 evidencia forte concentração espacial da vitimização letal na RMB, que concentra 70,59% dos casos (228) em seus oito municípios, com destaque para Belém (122), Ananindeua (55), e Marituba (18), responsáveis conjuntamente por 60,37% dos casos ocorridos no estado e por 85,53% do total metropolitano. Tal padrão pode ser reflexo tanto da densidade populacional quanto da intensidade das disputas territoriais ligadas ao crime organizado (Duarte, 2019; Alves, 2020; Reis Netto; Chagas, 2019).

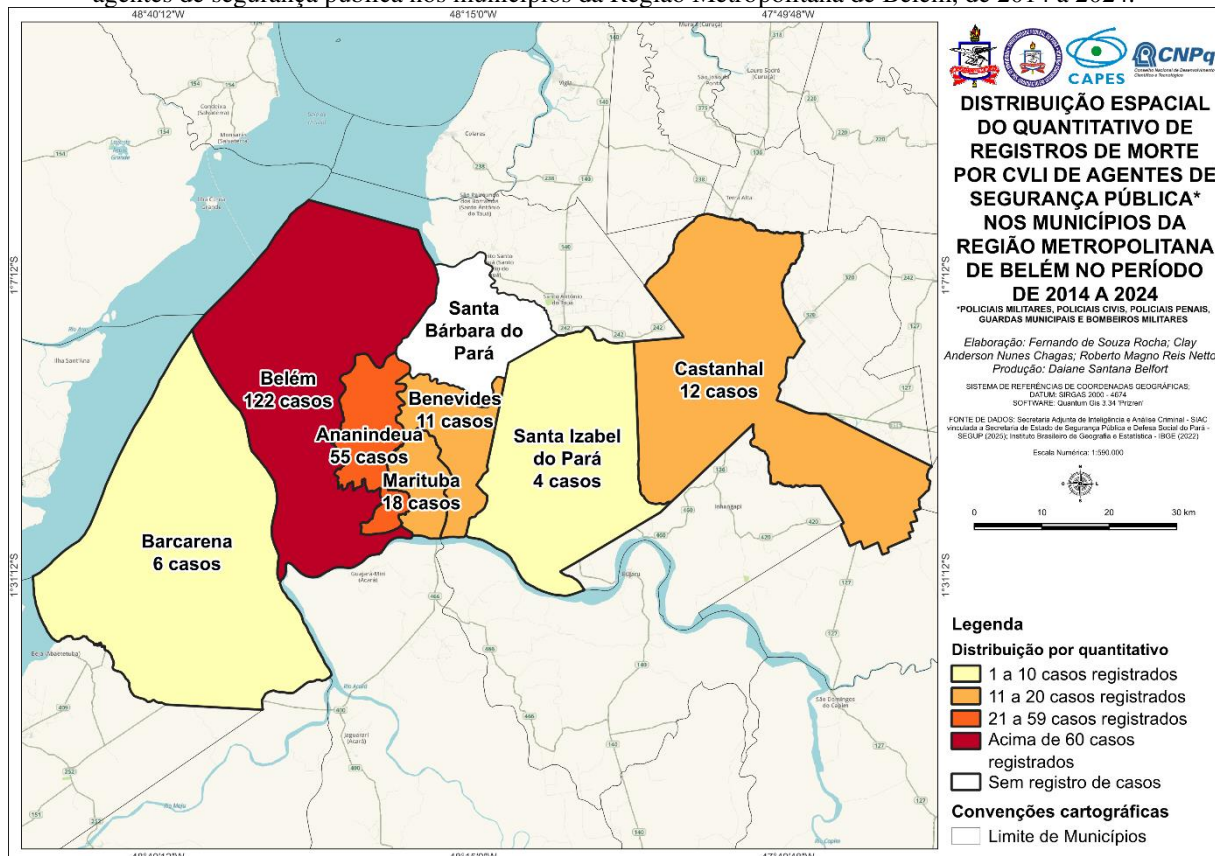
Corroborando essa leitura, a literatura identifica a RMB como hub de coordenação das redes do tráfico, onde se concentram estruturas materiais, financeiras e de comunicação do crime organizado, configurando dinâmicas de governança criminal sobre territórios e populações (Misse, 2011; Couto, 2019; Lessing, 2022; Reis Netto; Chagas, 2025).

No interior, destacam-se Marabá (13), Santarém (7), Abaetetuba (7), Parauapebas (4) e

Altamira (4), que, embora apresentem menos registros, possuem relevância estratégica por estarem associados a dinâmicas faccionais, a rotas econômicas e logísticas ligadas à mineração, ao agronegócio e à circulação fluvial (Mello, 2021; FBSP, 2023a; Reis Netto; Chagas, 2025).

Em escala metropolitana, a distribuição intermunicipal da vitimização letal pode ser melhor observada no Mapa 2.

Mapa 2 - Distribuição espacial do quantitativo de registros de morte por Crimes Violentos Letais Intencionais contra agentes de segurança pública nos municípios da Região Metropolitana de Belém, de 2014 a 2024.



Fonte: Rocha et al. (2025b).

Além do eixo Belém-Ananindeua-Marituba, sobressaem Castanhal (12) e Benevides (11), configurando um cinturão periférico de vulnerabilidade possivelmente associado à expansão urbana desordenada e à presença de corredores logísticos estratégicos, a exemplo da BR-316 e da PA-391.

Também integram territórios críticos municípios de menor porte, como Barcarena (6) e Santa Izabel do Pará (4), asseverando que a vitimização letal de agentes alcança localidades com importância logística, especialmente pela presença de portos e estradas que funcionam como corredores de circulação estratégica (Reis Netto; Chagas, 2025).

Assim, a leitura do Mapa 2 confirma que a vitimização letal de agentes na RMB não se distribui de forma homogênea, mas se concentra em polos urbanos e logísticos específicos (Duarte, 2019; Alves, 2020), configuração que reforça a necessidade de políticas preventivas diferenciadas, com ações de enfrentamento urbano para grandes centros e estratégias de proteção para municípios periféricos



inseridos em corredores de circulação e disputa territorial (Chagas, 2014; Duarte, 2019; Reis Netto; Chagas, 2025).

4.2 DINÂMICAS INTRAURBANAS E TERRITÓRIOS CRÍTICOS: BELÉM, ANANINDEUA E MARITUBA

O município de Belém apresentou 122 registros de CVLI contra agentes de segurança pública no período de 2014 a 2024, com expressiva concentração intraurbana, onde os dez bairros com maior incidência respondem por 71 óbitos (58,20% do total municipal), conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição de Crimes Violentos Letais Intencionais contra agentes de segurança pública, em Belém, de 2014 a 2024, por registros, anos com ocorrência e recenticidade (Top 10).

Bairros de Belém	Registros de Mortes por CVLI	Anos com ocorrência	Percentual no período de 2020–2024 (%)
Tapanã	14	8	21,43
Guamá	10	7	60,00*
Coqueiro/Belém	10	5	20,00
Jurunas	6	4	0,00
Pedreira	6	4	50,00
Parque Verde	5	5	40,00
Pratinha	5	5	60,00*
Mangueirão	5	4	20,00
Marco	5	4	20,00
Terra Firme	5	3	40,00

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da SIAC/SEGUP, 2025.

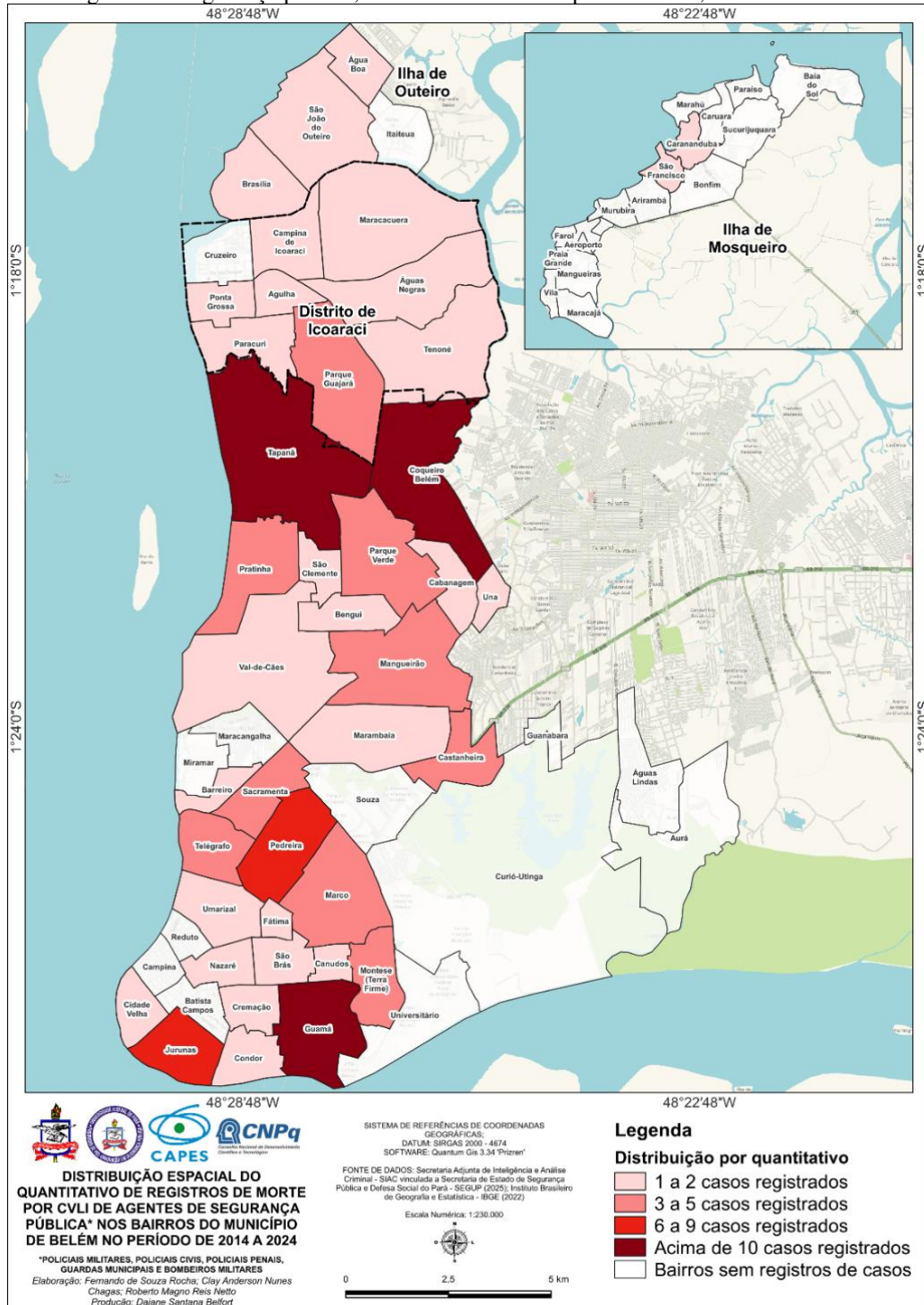
*Nota: Territórios críticos recentes (concentração superior a 50,00% dos casos no período de 2020 a 2024, com ocorrência em pelo menos dois anos do quinquênio).

A distribuição dos registros evidencia dois padrões distintos de concentração da criticidade. De um lado, bairros como o Tapanã apresentam criticidade territorialmente consolidada, com 14 casos em oito anos distintos. De outro, Guamá e Pratinha concentram 60,00% de seus registros no quinquênio 2020–2024, sinalizando intensificação recente da vitimização letal nesses territórios. Por sua vez, o Jurunas não registrou casos no período recente, o que pode sugerir deslocamento espacial da violência.

A dimensão cartográfica pode ser observada no Mapa 3.



Mapa 3 - Distribuição espacial do quantitativo de registros de morte por Crimes Violentos Letais Intencionais contra agentes de segurança pública, nos bairros do município de Belém, de 2014 a 2024.



Fonte: Rocha et al. (2025c).

A leitura do Mapa 3 evidencia dois agrupamentos territoriais bem definidos em Belém: a) o que acompanha o vetor de circulação do eixo Augusto Montenegro–Icoaraci, reunindo Tapanã, Coqueiro e Parque Verde, áreas de expansão urbana e periferização recentes; e b) o que corresponde à tradicional baixada belenense, reunindo Guamá, Jurunas e Terra Firme, zonas de tensão históricas com alta densidade populacional, precariedade urbanística e conflitos territoriais (Chagas, 2014; Reis Netto; Chagas 2025).



Por seu turno, em Ananindeua, segundo município com maior número de registros na RMB, foram contabilizados 55 CVLIs contra agentes de segurança pública de 2014 a 2024, distribuídos por 12 bairros com ocorrência registrada, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição de Crimes Violentos Letais Intencionais contra agentes de segurança pública, em Ananindeua, de 2014 a 2024, por registros, anos com ocorrência e recenticidade (Top 12).

Bairros	Mortes por CVLI	Anos com ocorrência	Percentual no período de 2020–2024
Águas Lindas	8	6	37,50
Cidade Nova	7	4	28,57
Icuí-Guajará	6	6	50,00
Distrito Industrial	4	4	25,00
Aura	4	3	75,00*
Atalaia**	4	2	0,00
Águas Brancas	3	3	66,67*
Coqueiro (Ananindeua)	3	3	100,00*
Curucamba	3	3	0,00
Guanabara	3	3	66,67*
Maguari	3	3	0,00
Quarenta Horas**	3	2	33,33

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da SIAC/SEGUP, 2025.

*Nota 1: Territórios críticos recentes (concentração superior a 50,00% dos casos no período de 2020 a 2024, com ocorrência em pelo menos dois anos do quinquênio).

**Nota 2: Concentração episódica (não atendem critério de persistência de ocorrência em pelo menos 3 anos distintos na série histórica)

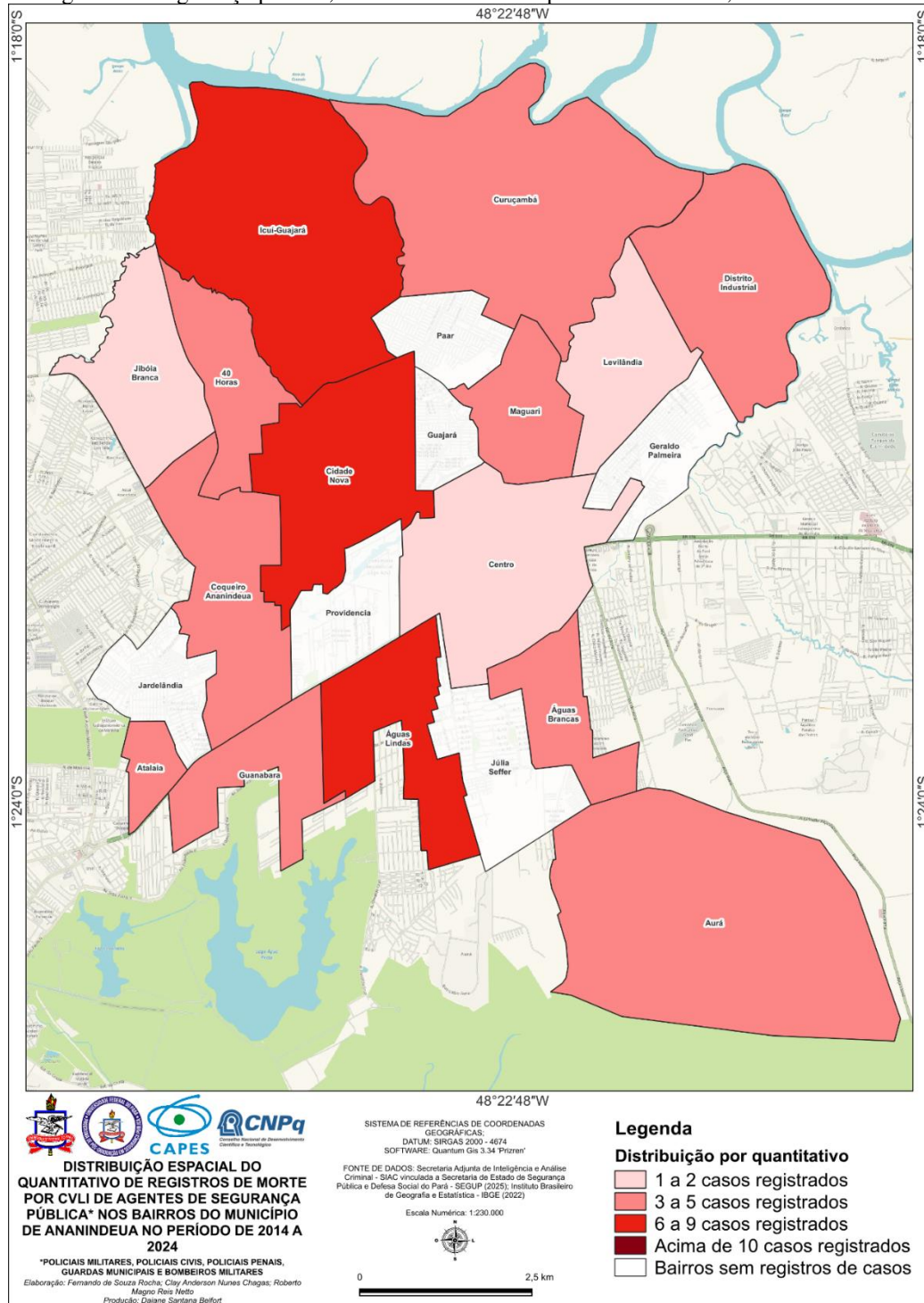
Da mesma forma, a distribuição dos registros permite identificar dois padrões de criticidade em Ananindeua.

O primeiro, marcado pela persistência temporal, reúne Águas Lindas, Cidade Nova e Icuí-Guajará com registros recorrentes ao longo de múltiplos anos, o que denota criticidade territorialmente consolidada. Já o segundo, definido pela recenticidade, inclui Aura, Águas Brancas, Coqueiro e Guanabara concentrando entre 66,7% e 100% de seus registros no quinquênio 2020–2024, caracterizando-os como territórios críticos recentes.

Atalaia e Curuçamba, contudo, não registraram casos recentes, o que pode indicar deslocamento espacial da violência ou arrefecimento temporário da criticidade nesses territórios. A dimensão espacial desse padrão pode ser observada no Mapa 4.



Mapa 4 - Distribuição espacial do quantitativo de registros de morte por Crimes Violentos Letais Intencionais contra agentes de segurança pública, nos bairros do município de Ananindeua, de 2014 a 2024.

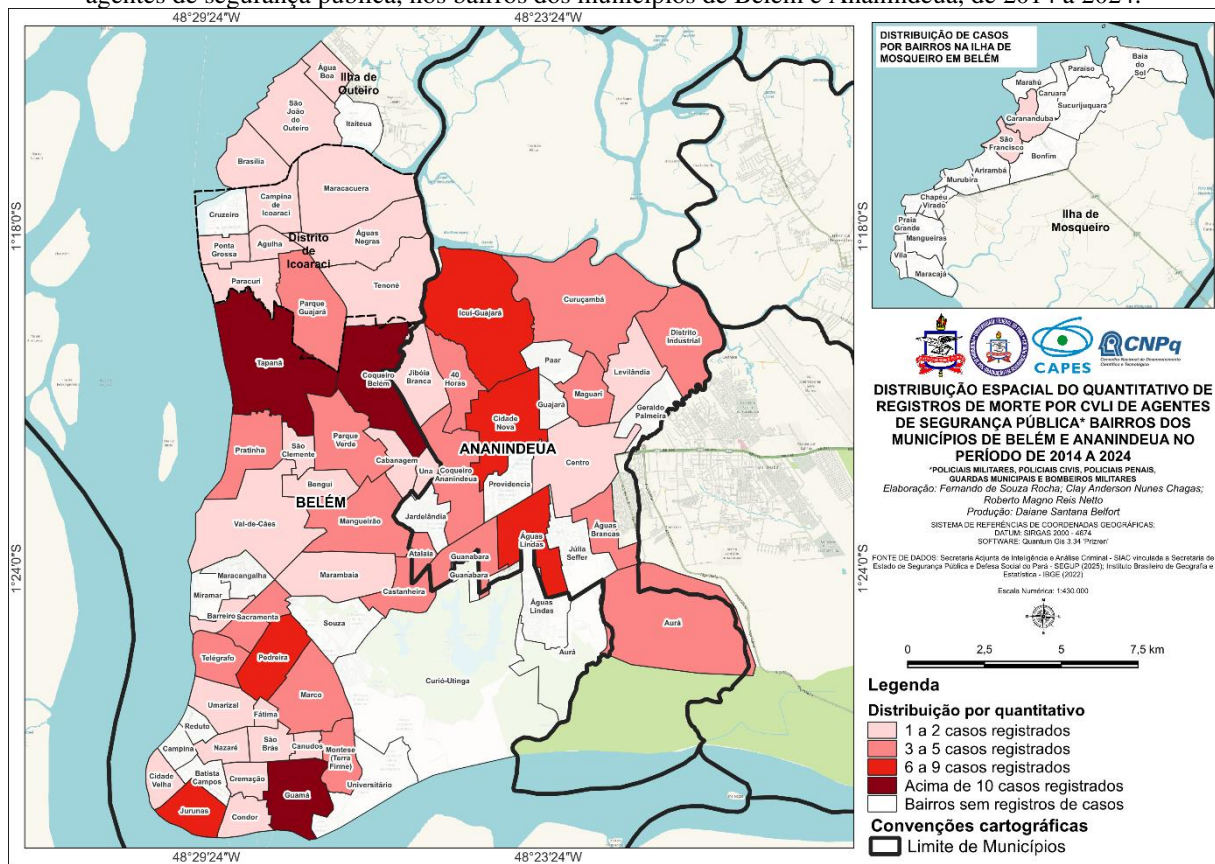


Fonte: Rocha et al. (2025d).

Sob a ótica espacial, a vitimização letal em Ananindeua apresenta padrão de concentração associado ao corredor metropolitano, com destaque para Águas Lindas e Cidade Nova, localizados ao longo da BR-316 e da rodovia Mário Covas, eixos de ligação entre Belém e os demais municípios, sugerindo que a dinâmica de violência acompanha os vetores de circulação e expansão urbana do eixo metropolitano. O Mapa 5 integra os territórios críticos de Belém e Ananindeua, evidenciando a contiguidade espacial entre os dois municípios.



Mapa 5 - Distribuição espacial do quantitativo de registros de morte por Crimes Violentos Letais Intencionais contra agentes de segurança pública, nos bairros dos municípios de Belém e Ananindeua, de 2014 a 2024.



Fonte: Rocha et al. (2025e).

Por fim, Marituba registrou 18 casos no período, sendo sua análise mantida na escala municipal, sem detalhamento por bairros, em virtude da baixa resolução territorial do campo correspondente na base de dados. Os registros indicam recenticidade moderada, com 38,89% dos casos (7) concentrados no quinquênio 2020–2024, o que pode sugerir recomposição espacial da criticidade no território, associada a reconfigurações nas dinâmicas ou lideranças criminais locais (Almeida; Miranda, 2021).

A heterogeneidade de padrões identificada ao longo da análise intraurbana, tanto entre municípios quanto entre bairros e ciclos temporais, reforça que intervenções preventivas eficazes pressupõem diagnóstico espacialmente específico, sensível às distinções intermunicipais e às dinâmicas internas de cada território.

4.3 INTERIOR COMO PARÂMETRO COMPARATIVO

O interior do estado, definido no estudo como o conjunto de municípios fora da RMB legal, responde por 95 casos (29,41% do total) e serve metodologicamente como parâmetro comparativo, permitindo contrastar padrões situacionais e indícios de territorialidade em espaços não metropolitanos, sem deslocar o foco principal do artigo (Alves, 2020; Barbosa; Chaves; Almeida, 2020; Reis Netto; Chagas, 2025).



Entre os municípios do interior, destacam-se dois polos regionais principais pela maior concentração de registros: a Regional Carajás (24), com maior peso em Marabá (13) e Parauapebas (4), e o eixo do Baixo Tocantins (18), com maior incidência em Abaetetuba (7), Cametá (3), Moju (3) e Acará (2), além de ocorrências pontuais em municípios vizinhos.

Como polos complementares, sobressaem ainda o Baixo Amazonas (9), fortemente concentrado em Santarém (7), e a Regional Xingu (7), com centralidade em Altamira (4), reforçando a heterogeneidade espacial do padrão interiorano.

O contraste situacional mais relevante aparece na condição das vítimas no momento do crime, em que a vitimização em contexto operacional representa 22,11% dos óbitos no interior (21 de 95), contra 8,77% na RMB (20 de 228), índice 2,52 vezes maior. Quando comparado ao agrupamento Belém–Ananindeua–Marituba (15 de 195 – 7,69%), a diferença alcança 2,87 vezes.

Esse padrão sugere que a vitimização na RMB ocorre predominantemente fora do contexto operacional, indicando dinâmicas de retaliação e reconhecimento da condição funcional, enquanto no interior o risco operacional é ampliado, possivelmente em decorrência do anonimato reduzido e da circulação em rotas estruturantes como as BR-010, BR-316 e BR-230 (Duarte, 2019; Mello, 2021; Reis Netto; Chagas, 2025).

Por fim, caso particular é o de Barcarena (6) que, embora integrante recente da RMB legal, insere-se no mesmo corredor logístico regional do Baixo Tocantins e é sede do porto internacional de Vila do Conde, reforçando a utilidade interpretativa, não causal, de leituras por rotas e nós de circulação na identificação de territórios críticos (Reis Netto; Chagas, 2025).

4.4 SÍNTESE DOS TERRITÓRIOS CRÍTICOS

À luz da definição operacional adotada na pesquisa, os resultados permitem consolidar os *territórios críticos* como unidades espaciais que combinam concentração de registros, persistência temporal, relevância contextual e utilidade preventiva aplicável a políticas de proteção (Regateiro et al, 2021; Alves, 2020; Chagas, 2014; Reis Netto; Chagas, 2025; Duarte, 2019; Mello, 2021).

Com efeito, a leitura multiescalar evidencia que a vitimização letal de agentes de segurança pública no Pará se organiza em escalas sobrepostas de criticidade, com centralidade metropolitana concentrada no eixo Belém–Ananindeua–Marituba, em recortes intraurbanos associados a corredores de expansão e à baixada histórica, além de risco operacional ampliado no interior, conectado a polos regionais com rotas de circulação estratégica (Chagas, 2014; Duarte, 2019; Reis Netto; Chagas, 2025). Essa configuração está sistematizada no Quadro 1.



Quadro 1 - Síntese dos territórios críticos de vitimização no Pará, de 2014 a 2024, por escala de análise.

Escala	Unidade espacial	Territórios críticos	Territórios críticos recentes
Estadual	Municípios	Belém; Ananindeua; Marituba; Marabá; Parauapebas; Castanhal; Benevides; Abaetetuba; Santarém; Barcarena; Santa Izabel do Pará.	Parauapebas
Intraurbana	Belém (bairros)	Tapanã; Guamá; Coqueiro; Jurunas; Pedreira; Parque Verde; Pratinha; Mangueirão; Marco; Terra Firme.	Guamá; Pratinha
Intraurbana	Ananindeua (bairros)	Águas Lindas; Cidade Nova; Icuí-Guajará; Distrito Industrial; Aura; Águas Brancas; Coqueiro (Ananindeua); Curuçambá; Guanabara; Maguari.	Aura; Águas Brancas; Coqueiro (Ananindeua); Guanabara

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da SIAC/SEGUP, 2025.

Nota 1: Território crítico recente corresponde à concentração superior a 50,00% dos casos no quinquênio 2020–2024, com ocorrência em pelo menos dois anos do período.

Nota 2: Na escala estadual, o critério de concentração corresponde ao Top 10 em número absoluto de casos, com inclusão de empates na 10ª posição. Por isso, Parauapebas e Santa Izabel do Pará, ambos com 4 casos, foram incluídos, totalizando 11 municípios críticos.

Nota 3: O critério de persistência corresponde à ocorrência de registros em pelo menos 3 anos distintos no período de 2014 a 2024. Por essa razão, foram excluídos recortes com baixa persistência temporal, como Atalaia e Quarenta Horas, em Ananindeua.

Nota 4: Altamira, embora tenha registrado 4 casos, não foi incluída como território crítico por não atender ao critério mínimo de persistência temporal.

Os resultados permitem interpretar os territórios críticos identificados como áreas nas quais a concentração de óbitos de agentes de segurança pública reflete territorialidades sobrepostas, com fricção entre a presença estatal e outros agentes em disputa por autoridade, o que autoriza tratá-las como prioridades de intervenção por sua previsibilidade espacial e recorrência situacional (Reis Netto; Chagas, 2019).

Nesse âmbito, a aplicação de políticas preventivas de proteção policial orientadas por cenários de risco territorialmente diferenciados (Duarte, 2019; Mello, 2021) pode ser potencializada quando articulada com estratégias intersetoriais de presença estatal voltadas à prevenção social da violência, como o programa Territórios Pela Paz (TerPaz) (Soares et al, 2022).

Sob essa perspectiva, a integração de serviços públicos, inclusão social e ações comunitárias em territórios críticos pelo Estado, a exemplo das Usinas da Paz, pode contribuir para reduzir fatores de vulnerabilidade e tensões locais que sustentam a persistência da violência, criando um ambiente menos propício à vitimização dirigida contra agentes de segurança pública (Oliveira, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vitimização letal de agentes de segurança pública no Pará, de 2014 a 2024, não se distribui aleatoriamente no espaço, mas se organiza em concentrações territoriais persistentes, com forte centralidade metropolitana, o que evidencia a necessidade de leituras capazes de diferenciar padrões e escalas de criticidade.

A análise multiescalar permitiu identificar territórios críticos em diferentes níveis, distinguindo áreas de persistência consolidada, territórios de criticidade recente e recortes que, embora relevantes em número absoluto, não atenderam ao critério mínimo de recorrência temporal.



No nível estadual, municípios com funções logísticas e de circulação estratégica emergiram como territórios críticos independentemente da concentração populacional, sugerindo que a dinâmica de vitimização letal acompanha rotas econômicas e não apenas a densidade urbana.

Em escala intraurbana, a criticidade territorial revelou-se igualmente heterogênea, organizada em corredores e agrupamentos espaciais distintos, com territórios de consolidação histórica coexistindo com outros de intensificação recente, padrão analiticamente relevante, pois orienta a formulação de estratégias preventivas territorialmente diferenciadas.

Por outro lado, o interior do estado revelou maior proporção de vitimização letal em contexto operacional, o que sugere maior exposição dos agentes durante atuação profissional e em eixos estratégicos de circulação, contraste que reforça a necessidade de compreensão da criticidade como fenômeno territorialmente desigual.

O conceito de território crítico, ao integrar concentração, persistência temporal, relevância contextual e utilidade preventiva, mostrou-se operacional para diagnósticos aplicáveis à proteção de agentes e gestão de risco, fornecendo base empírica para políticas públicas espacialmente orientadas e articuladas a programas intersetoriais de atuação estatal.

Não obstante as limitações inerentes ao desenho observacional e ao uso de base secundária, este artigo contribui para a agenda de pesquisa sobre vitimização letal de agentes de segurança pública ao demonstrar empiricamente que os territórios importam e que a identificação de espaços críticos oferece orientação estratégica mais qualificada do que leituras estatísticas agregadas.

Assim, os resultados aqui sistematizados abrem caminho para estudos futuros sobre os contextos estruturais e as dinâmicas criminais associadas à persistência da criticidade territorial, subsidiando análises de cenários e gestão do risco de vitimização territorialmente orientadas.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marizol Vasconcelos de; MIRANDA, Wando Dias. **Estudo de caso sobre a ação de um grupo miliciano no município de Marituba, Pará**. In: RAMOS, E. M. L. S. et al. (Org.). *Segurança Pública: desenvolvimento em ensino, pesquisa e extensão*. v. 2. Belém: GAPTA/UFPA, 2022. p. 35-55.

ALVES, Marcus Vinicius de Castro. **Vitimização de Policiais Militares no Estado do Pará: Avaliação, Modelagem e Monitoramento Estatístico**. 2020. Disponível em: <https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2018/201810%20-%20ALVES.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1985.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Mapa da segurança pública 2024**. Ano Base 2023, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa/mapa-de-seguranca-publica-2024.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BARBOSA, Jefferson Fernando; CHAVES, Andréa Bittencourt Pires; ALMEIDA, Silvia dos Santos de. **Vitimização de policiais militares no Estado do Pará (Brasil) em 2019**. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, e153985549, 2020.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, v.1, n. 1, p. 186-204. 2014.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Cartografia e Análise Geográfica da Violência e Criminalidade: experiências de pesquisa. In: CHAGAS, C. A. N.; SILVA, M. P.; VIEIRA, D. C. M. (Org.). **Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública**. Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

COUTO, Aiala Colares. **Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia Brasileira**. *GeoTextos*, vol. 15, n. 2, p. 123-147. 2019.

COUTO, Aiala Colares. Gangues, pichações e facções: evolução e configuração geográfica dos territórios do tráfico de drogas na periferia de Belém. **Revista do IHGP**, Belém, v. 7, n. 2, p. 119-141, jul.-dez. 2020.

DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha. **O risco não cessa quando o turno termina: um estudo sobre a morte de policiais militares fora do serviço**. 2019. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Cartografias das violências na região amazônica: relatório final**. Brasília: FBSP, 2023a. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/e006ea2f-652e-4bee-846a-3df69ac0b0bd>>. Acesso em: 4 jun. 2025.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2023b. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/57>>. Acesso em: 4 jun. 2025.



FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **18º Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>>. Acesso em: 04 jun. 2025.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **19º Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/09/anuário-2025.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. 6. ed. Rio de Janeiro: GEN/Atlas, 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Panorama de Pará, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>. Acesso em: 3 jun. 2024.

LESSING, Benjamin. Governança criminal na América Latina em perspectiva comparada: apresentação à edição especial. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 27-40, 2022.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **Guerra**: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. Todavia: São Paulo, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MELLO, Cesar Mauricio de Abreu. **A Morte como hipótese de trabalho**: a percepção dos riscos profissionais pelo policial militar nas diferentes regiões do Estado do Pará. Orientador: Durbens Martins Nascimento. 2021. 138 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2021.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

OLIVEIRA, Cláudio Luciano Monteiro de. **Territórios pela paz: política pública para a redução da criminalidade no bairro Cabanagem – Belém – Pará – Brasil**. 2024. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

PARÁ. Lei Complementar nº 27, de 19 de novembro de 1995. **Dispõe sobre A Região Metropolitana de Belém**. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, 19 nov. 1995.

PARÁ. Lei Complementar nº 164, de 5 de abril de 2023. **Altera a Lei Complementar nº 27, de 19 de outubro de 1995, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belém**. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, 6 abr. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.



REGATEIRO, Hugo Alexandre Santos; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; SOUZA, Joyce Gama. Como obter o Índice de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada para Municípios. Belém: Universidade Federal do Pará, 2021.

REIS NETTO, Roberto Magno; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. A percepção dos agentes da segurança pública a respeito do enfrentamento ao poder público como estratégia de integração dos presídios às redes externas do tráfico de drogas. In: TRINDADE, C. M. *et al.* **Segurança Pública: Ética e Cidadania**. Curitiba: CRV, 2019.

REIS NETTO, Roberto Magno. **Além das grades**: a integração dos presídios às redes territoriais do tráfico de drogas. 2018. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

REIS NETTO, Roberto Magno; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Ouro de tolo**: a região metropolitana de Belém, o Pará e a Amazônia em face das redes do tráfico internacional de cocaína. Curitiba: Appris, 2025.

ROCHA, Fernando de Souza; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; REIS NETTO, Roberto Magno; BELFORT, Daiane Santana. **Mapa — Distribuição Espacial do Quantitativo de Registros de Morte por CVLI de Agentes de Segurança Pública no Estado do Pará no Período de 2014 a 2024**. Belém: EDUCAPES, 2025a. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1134048>. Acesso em 2 mar 2026.

ROCHA, Fernando de Souza; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; REIS NETTO, Roberto Magno; BELFORT, Daiane Santana. **Mapa — Distribuição Espacial do Quantitativo de Registros de Morte por CVLI de Agentes de Segurança Pública nos Municípios da Região Metropolitana de Belém no Período de 2014 a 2024**. Belém: EDUCAPES, 2025b. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1134049>. Acesso em 2 mar 2026.

ROCHA, Fernando de Souza; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; REIS NETTO, Roberto Magno; BELFORT, Daiane Santana. **Mapa — Distribuição Espacial do Quantitativo de Registros de Morte por CVLI de Agentes de Segurança Pública nos Bairros do Município de Belém no Período de 2014 a 2024**. Belém: EDUCAPES, 2025c. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1134024>. Acesso em: 2 mar 2026.

ROCHA, Fernando de Souza; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; REIS NETTO, Roberto Magno; BELFORT, Daiane Santana. **Mapa — Distribuição Espacial do Quantitativo de Registros de Morte por CVLI de Agentes de Segurança Pública nos Bairros do Município de Ananindeua no Período de 2014 a 2024**. Belém: EDUCAPES, 2025d. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1134051>. Acesso em: 2 mar 2026.

ROCHA, Fernando de Souza; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; REIS NETTO, Roberto Magno; BELFORT, Daiane Santana. **Mapa — Distribuição Espacial do Quantitativo de Registros de Morte por CVLI de Agentes de Segurança Pública nos Bairros dos Municípios de Belém e Ananindeua no Período de 2014 a 2024**. Belém: EDUCAPES, 2025e. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1134050>. Acesso em: 2 mar 2026.

SOARES, Milena Karla et al. **Dinâmicas da violência no território brasileiro**: Pará. In: LIMA, R. S. (Coord.). **Dinâmicas da violência das regiões brasileiras**. São Paulo: FBSP; Ipea, 2022.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Prefácio de Manoel T. Berlinck. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.



WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. 3. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004. v. 1.

